Linchamento de 1950

José Carlos Radin
Gentil Corazza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RADIN, J.C., and CORAZZA, G. Linchamento de 1950. In: *Dicionário histórico-social do Oeste catarinense* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 87-92. ISBN: 978-85-64905-65-8.
<https://doi.org/10.7476/9788564905658.0020>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Linchamento de 1950

.....

Um linchamento pode ser entendido como uma ação coletiva violenta, com conotação de vingança ou justiça punitiva, em desacordo com a lei e sem julgamento, realizada como punição contra algum suposto praticante de um crime real, que pode ser um simples furto ou um assassinato. Um linchamento é considerado um movimento associado a patologias das multidões. Uma forma de fazer justiça pelas próprias mãos.

O denominado “Linchamento de 1950” aconteceu na noite de 17 para 18 de outubro de 1950, na cidade de Chapecó, quando um grupo de aproximadamente 80 pessoas invadiu a cadeia municipal e assassinou quatro presos, acusados de terem incendiado a igreja local, no dia 4 de outubro de 1950. Os presos, depois de mortos, com tiros, facas e pauladas, foram arrastados para fora das celas, no pátio da cadeia, e queimados em praça pública, sob os olhares coniventes de uma pequena multidão. O crime teve enorme repercussão local, nacional e internacional, como noticiaram jornais brasileiros, belgas e franceses. A revista brasileira “O Cruzeiro”, de 11 de novembro de 1950, reportou o “bárbaro acontecimento”, que projetou Chapecó como uma cidade violenta. O impacto do linchamento dos quatro presos, que marcou profundamente a história da cidade, foi tão forte, que abalou as bases sociais da cidade a tal ponto que durante anos o assunto sequer podia ser comentado na região. As pessoas sentiam-se ameaçadas e estavam receosas em falar do assunto.

Esse trágico acontecimento, ocorrido numa pequena e pacata cidade do interior, não pode ser separado da história da cidade e da região. Chapecó, apesar de seu desenvolvimento urbano, manteve sua característica rural, com o predomínio de famílias tradicionais, oriundas de colonizadores e madeireiros, que davam proteção política aos amigos e perseguiram os inimigos. A dominação tradicional, que se baseava no velho coronelismo rural, assumiu formas novas e mais sofisticadas no novo coronelismo urbano e passou a manifestar-se através

do clientelismo partidário e do controle dos meios de comunicação (HASS, 1999; 2001).

O Linchamento de 1950 e outros fatos de acentuada violência a ele relacionados podem melhor ser compreendidos a partir do contexto social e econômico e das relações de poder predominantes na região na época do episódio. Sua compreensão reside nos mecanismos de poder subjacentes aos fatos, pois os personagens desse crime estão inseridos na dinâmica das relações sociais e do poder local. O crime esconde uma situação política bem mais complexa do que a que aparece à primeira vista. O local do crime tinha a marca das relações do poder local e, de alguma forma, o crime não deixava de expressar e ser consequência do mandonismo e do coronelismo político imperante na região, que tinham base na concentração econômica e nas relações de poder a nível estadual. A violência foi uma das características que marcaram a história da Região Oeste catarinense e se expressou tanto através de conflitos de fronteira, como de conflitos políticos e étnicos, que alimentaram o imaginário social desta região violenta. Na verdade, os linchadores não estavam praticando uma ação individual ou de um pequeno grupo apenas, mas um ato coletivo, supostamente em defesa da identidade de uma comunidade e de seus valores básicos, como o ethos do trabalho, a vida de lutas e de sacrifício dos colonos, para os quais esses valores tinham sido violados. Tratava-se de uma sociedade profundamente conservadora e violenta, dominada pelas práticas coronelistas de mando e de poder.

O referido linchamento acontece na pequena e pacata comunidade rural de Chapecó, onde quase todos se conheciam, num momento em que ela começava a dar sinais de mudança nas suas bases políticas. Efetivamente, as eleições de 3 de outubro de 1950 marcaram a ruptura da forma coronelista de dominação política, quando as forças agrárias representadas pelo Partido Social Democrático (PSD) do coronel Bertaso foram derrotadas pela coalizão opositora formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Social Progressista (PSP), que representavam as novas forças vinculadas, não mais aos interesses agrários e madeireiros, mas às atividades urbano industriais e profissionais liberais.

Nesse ambiente de mudança social e política, gente nova e diferente começou a circular pela cidade, mas os forasteiros não passavam despercebidos, eram vigiados e vistos com desconfiança. Os olhos do delegado local seguiam todos os passos dessas pessoas “estranhas”, que podiam significar uma ameaça à ordem pública local. A ideologia do trabalho estava atenta e vigilante contra pessoas ociosas que andavam pela cidade.

Os colonos, mesmo na condição de pequenos proprietários rurais, dedicados a uma economia de subsistência, estavam inseridos na lógica capitalista e na estrutura política dominante das empresas colonizadoras e das madeireiras. A Igreja, em sua organização hierárquica e nas suas ações, estava integrada na estrutura de poder local e alinhada com a elite, defensora de posições conservadoras. A vida social girava em torno da religião. Para ter-se uma ideia do conservadorismo e do preconceito reinantes na sociedade, basta lembrar que os estatutos do Clube Recreativo Chapecoense proibiam a entrada de negros, em 1950, seis décadas depois da abolição da escravidão.

Naquela época, os incêndios eram muito comuns na cidade. Em 1948, houve o incêndio do Hospital Santo Antônio. Na madrugada da quarta-feira de cinzas de 1950, houve o incêndio no Clube Recreativo, o qual foi atribuído a seu ecônomo, Orlando Lima, que estava vinculado à oposição política. Afirma-se que o delegado regional, um grileiro de terras, pertencente aos quadros do PSD, teria tentado subornar Orlando, pedindo propina para arquivar o processo, mas que Orlando não teria concordado. No entanto, o mais importante daqueles incêndios, que serviu de motivo mais imediato para o linchamento, foi o incêndio da Igreja Matriz, ocorrido no dia 4 de outubro de 1950.

Embora não se saiba a origem precisa do incêndio da igreja, ele foi imediatamente associado à oposição política, que havia vencido as eleições municipais daquele ano de 1950. No entanto, tal incêndio poderia ter-se originado de velas, que sempre eram queimadas dentro da igreja ou mesmo de mendigos, que costumavam aquecer-se à noite com pequenas fogueiras nos arredores da igreja. Talvez o fato mais importante que motivou o linchamento tenha sido o sermão do pároco no dia seguinte ao incêndio, no qual pregava um justo castigo aos

que haviam incendiado a igreja. Esses malfeitores mereciam também ser queimados, pregava o padre. Imagine-se a força dessa exortação, vinda do próprio vigário, talvez uma autoridade mais importante que o próprio delegado, o prefeito e o juiz da cidade. A voz do padre assumia força de lei, pois se dizia que ele tinha mais poder que o próprio coronel Bertaso. Ao pregar a vingança, o padre “envenenou” o povo, acirrando seu fanatismo.

Quem seriam os culpados? Os acontecimentos desenrolaram-se como descritos a seguir. A suspeita recaiu imediatamente sobre dois forasteiros, desocupados, Romano Ruani e Ivo de Oliveira, que circulavam pela cidade há algum tempo. Eles se hospedavam no mesmo hotel onde também se hospedava Orlando Lima, ecônomo do Clube Recreativo, que havia sofrido incêndio tempos antes. Romano e Ivo foram os primeiros a serem chamados pelo delegado para averiguação. Presos e submetidos a atos de tortura, ambos confessaram terem incendiado a igreja e acusaram Orlando Lima de ser o mentor intelectual do incêndio. Em consequência dessa confissão, Orlando Lima também foi preso. Seu irmão, Armando Lima, que morava em Erechim, ao saber da prisão de Orlando, vai imediatamente a Chapecó para tentar libertar o irmão. No entanto, ao chegar à cidade e tentar libertar o irmão também é preso, por suposta cumplicidade. Enquanto isso, a cidade continuava assustada e temerosa do que poderia vir a acontecer. Criou-se um clima de hostilidade contra os presos e de pressão social para que pessoas indecisas participassem do movimento de vingança. Corriam abaixo-assinados pedindo punição e vingança contra os que haviam incendiado a igreja. Esse movimento era de pleno conhecimento do delegado e das demais autoridades, inclusive das autoridades de segurança do Estado. Não foram poucas as advertências de Roberto Machado, advogado dos presos, alertando para os riscos de vida que corriam seus clientes.

As reuniões das pessoas mais exaltadas sucediam-se em diversos lugares. Organizou-se um intenso trabalho de aliciamento e preparação do ato final de vingança. O último encontro dos vingadores, antes da chacina, foi no pavilhão da igreja incendiada. Uma multidão exaltada, muitos deles embriagados, armados com revólveres, paus,

facões e foices, investiu contra a cadeia e trucidou os presos e depois arrastou-os para fora das celas e colocou fogo nos seus cadáveres. Eram cerca de oitenta pessoas que, numa espécie de ritual macabro, rodeavam os corpos mutilados e em chamas, festejando e fazendo pilhérias. A força pública tanto se omitiu, como se viu impotente para conter aquela multidão enfurecida.

Dias tensos seguiram-se ao linchamento. Muitos tiveram que esconder-se ou retirar-se da cidade por temor de vingança e perseguição política. O padre, que “pusera fogo na fogueira”, sumiu misteriosamente. O juiz sabia das torturas e omitiu-se, mas ele também tinha medo de acabar preso com os demais. O poder judiciário não conseguia manter a devida independência. A cidade ficou paralisada, acabaram as festas e os bailes. Fecharam-se os cinemas. O linchamento foi a expressão máxima da violência reinante na cidade. Até o projeto de colonização estagnou. As atividades econômicas pararam.

Há indicações de que realmente Ruani e Oliveira seriam os autores do incêndio e eles declararam que os irmãos Lima efetivamente eram inocentes. O julgamento dos autores do crime foi político, em que a comunidade chapecoense uniu-se na defesa de seus valores. O julgamento foi transferido para a comarca de Porto União e realizado em 12 de setembro de 1952, quase dois anos depois do acontecimento. Das 71 pessoas que foram a julgamento, mais ou menos 40 pessoas foram indiciadas. O delegado foi o primeiro a ser preso e sentenciado por 24 anos de prisão, mas tão logo o PSD voltou ao poder municipal, um novo júri foi organizado e ele foi inocentado por unanimidade. A imprensa local, controlada pelo poder político, noticiou sob medida o ocorrido. As edições do jornal “A Voz de Chapecó”, referentes aos dias do linchamento, sumiram da Biblioteca de Chapecó, numa tentativa de manipular a memória dos fatos, que é outra forma de autoritarismo. Com o linchamento foram eliminadas as pessoas que representavam uma ameaça à ordem estabelecida da cidade.

Aquele linchamento pode ser considerado um dia de fúria no Oeste, que projetou a cidade de Chapecó como um território de bandidos. O banditismo imperava pelos vilarejos e pelas estradas, onde as pessoas andavam armadas, e qualquer desavença poderia terminar em

briga e morte. A violência também estava presente nas disputas políticas. A fama de território hostil era antiga e vinha desde os tempos da colonização da região. Um crime cercado de manipulações. A chacina não foi caracterizada como linchamento público, porque a participação efetiva no crime foi de poucas pessoas, mas o ato também não foi considerado como livre manifestação popular, por haver indícios de organização e premeditação dos fatos.

REFERÊNCIAS

HAAS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo do poder local 1945-1965. Chapecó: Argos, 2001.

_____. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Argos, 1999.

MARTINS, Jessé de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. Rio de Janeiro: Contexto, 2015.